

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
18 DE SETEMBRO DE 2014**

-----Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, pelas dez horas, nesta vila de Oleiros e Casa da Cultura, sita na Praça da República, reuniu, pela quarta vez, neste ano, a Assembleia Municipal de Oleiros, presidida pelo senhor José Santos Marques, coadjuvado pelos senhores, Paulino José Antunes Mendes e Ataíde Garcia Guerra, primeiro e segundo secretários respetivamente. O Senhor Presidente da mesa agradeceu e saudou os deputados presentes, solicitando ao Primeiro Secretário da mesa, Paulino José Antunes Mendes que fizesse circular pelos respetivos membros a folha de presenças para rubricar. -----

PRESENCAS: Do Partido Social Democrata – José Santos Marques, Paulino José Antunes Mendes, Pedro Miguel Mateus Custódio, António Alves Martins, Paulo Jorge Martins Rodrigues, Ercília Maria dos Santos Antunes da Silva Ventura, José Manuel Dias Nunes, Luís Antunes Alves, Artur Gonçalo da Silva Martins, em substituição do senhor Presidente da Junta, Filipe Bártolo Martins Dias, Fernando Martins Mendes, Fernando de Jesus Alves, Nuno Rafael Martins Marques e José Antunes Simão. **Plataforma de Cidadãos Independentes Mais Concelho Oleiros** – Fernando do Carmo Dias, Cristina Maria Pires Ferreira de Matos, Celestino da Trindade Custódio, Ana Maria Mateus Gonçalves, Pedro Miguel Barata Ribeiro, José Fernandes Marques, António Garcia Fernandes e António Jorge Fernandes Antunes. **Pelo Progresso da Nossa Freguesia** – Luís Miguel Pires Roque. **Da Câmara Municipal de Oleiros** – Fernando Marques Jorge, António Jorge Mendes Dias, Fernanda Maria da Trindade Nunes Gonçalves e Paulo Jorge Brás Urbano. -----

FALTAS: Verificaram-se as ausências dos deputados, Rui Miguel Luís Silva, José Antunes Lourenço e do Presidente da Junta de Freguesia de Estreito, cujas faltas foram consideradas justificadas, verificando-se que o último foi substituído pelo Tesoureiro da respetiva freguesia. --

ABERTURA DA SESSÃO: Sendo a hora designada para o início dos trabalhos, verificado encontrarem-se presentes a maioria dos membros deste Órgão e estes terem ocupado os respetivos lugares, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. Verificou-se que esta se iniciou com a presença dos vinte e três deputados municipais. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA - A preencher nos termos previstos do Regimento: -----

Ponto 1 - Apreciação e votação da ata da sessão ordinária realizada no dia 30 de abril de 2014.-----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia, munido da ata da sessão ordinária de trinta de abril colocou-a a apreciação e votação. Não ocorrendo alterações, foi a mesma colocada a votação, sendo esta aprovada por unanimidade. -----

Ponto 2 - Apreciação e votação da ata da sessão ordinária realizada no dia 30 de junho de 2014. -----

Colocada a discussão a ata da terceira sessão do corrente ano, do presente Órgão, verificou-se e após período de inscrição, o uso da palavra por parte do deputado Fernando Dias, referindo a existência de muitas omissões, que considera importantes, pelo que da forma como está redigida, esta não deverá ser aprovada, sugerindo que a mesma seja corrigida no momento ou que a mesa sugira outra fórmula de ser corrigida.-----

Referindo-se à matéria, o senhor Pedro Custódio propõe que se elabore uma proposta tendo em vista a aquisição de um equipamento destinado a gravar as reuniões, devendo para o efeito ser alterado o atual Regimento, sugerindo assim que ambas as coligações se devem reunir previamente, no sentido de estudar a redação do articulado, o que foi aceite por todos. -----

Sobre o assunto, o senhor Fernando Dias, propõe que se elabore uma alteração aos artigos do Regimento, tendo em vista a operacionalização do procedimento para a gravação das sessões ou reuniões. -----

Não ocorrendo outras intervenções, o senhor Presidente da Assembleia propôs para ultrapassar a aprovação desta ata, que façam os deputados chegar atempadamente aos serviços as correções achadas necessárias, para em devido tempo se enviar de novo aos membros por forma a ser apreciada e votada na próxima sessão. A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a proposta nos termos apresentados. -----

Ponto 2 – Informação sobre o expediente da Assembleia Municipal. -----

Em ato contínuo, o senhor Presidente da Assembleia, deu conhecimento da existência da correspondência. Da recebida, ofícios provenientes dos membros, Rui Miguel Luís Silva e José Antunes Lourenço, os quais, o primeiro por razões profissionais e o segundo por se encontrar de férias, solicitaram que as suas faltas fossem consideradas justificadas. Ofício datado de dezassete de setembro, proveniente da junta de Freguesia de Estreito-Vilar Barroco, no qual, por razões pessoais, o Presidente solicita a sua justificação da falta, à sessão da Assembleia, informando que a sua substituição se fará pela representação do senhor Artur Gonçalo Martins Gonçalves, tesoureiro da Junta de Freguesia. E-mail, datado de vinte e quatro de julho, proveniente do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, pelo qual remete para conhecimento, a resposta do Ministério

das Finanças às perguntas que lhe foram dirigidas pelos deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre o encerramento de repartições de finanças no distrito de Castelo Branco. Por último, o senhor Presidente deu conta da publicação em Diário da República, 1.ª série, do dia doze do corrente mês, da Lei número setenta e cinco, barra catorze, que estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão, tendo sido distribuído a cada deputado municipal, um exemplar da mesma legislação. -----

PERÍODO DE “A ORDEM DO DIA” -----

Ponto 1 – Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos do disposto na alínea c) do nº. 2, do artigo 25.º e no 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro. -----

Depois de cumprimentar a mesa da Assembleia, os Deputados, Vereadores e todas as pessoas presentes, o senhor Presidente da Câmara iniciou uma exposição sobre os diversos aspetos da atividade municipal. -----

Certificação de produtos -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara referiu que é sua intenção certificar o vinho Callum. Este é um vinho genuíno que pode vir a integrar os vinhos considerados históricos, dotado de selo de certificação. Salientou ainda a necessidade de ser envolvida a comunidade e os próprios produtores no sentido de se associarem. Informou que em audiência solicitada ao Senhor Secretário de Estado da Cultura, abordou tão só, protocolar a integração do vinho Callum na categoria dos Vinhos Históricos Portugueses. Referiu que a integração deste na Associação dos Vinhos Históricos, além de preservar a tradição enológica, potencia candidaturas a fundos comunitários, para modernizar as estruturas de distribuição, uma vez que estes não possuem canais de distribuição adequados ao consumidor, salientando ainda que a certificação de produtos é um instrumento que permite aos fabricantes demonstrarem de uma forma imparcial e credível a qualidade e a fiabilidade do produto. -----

Zona Industrial -----

Sobre o assunto, o senhor Presidente da Câmara informou, que a Autarquia tem estado fortemente empenhada na legalização da zona industrial de Açude Pinto. O processo que inicialmente se previa mais simples, tem-se revelado moroso. Contudo, entre outras “démarches”, foram já publicadas, depois de aprovadas pela Câmara Municipal, as propostas contendo as correções materiais e retificações ao Plano de Pormenor da referida Zona Industrial.

Descreveu algumas dessas alterações, nomeadamente ao nível do uso previsto dos lotes, à permissão de ocupação de maior área na implantação dos edifícios e obrigatoriedade de cumprimento do alinhamento frontal, aquando da junção dos lotes, a par da avaliação ambiental. Após publicação das alterações dos lotes, em Diário da República, ficou-se a aguardar o parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, o qual chegou hoje mesmo e que emite parecer favorável condicionado à proposta apresentada da 1.ª Alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial Açude Pinto. -----

INEM -----

Relativamente a este assunto, o senhor Presidente da Edilidade informou ter estado reunido no INEM, onde sensibilizou os responsáveis para a necessidade de os bombeiros de Oleiros disporem de mais uma ambulância de socorro a funcionar no Orvalho, dado a extensão do concelho, o grande número de localidades, algumas isoladas e o número de idosos permanentes em lares e na unidade de cuidados continuados.-----

Empresas -----**Cercitop** -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Autarquia deu conhecimento da assinatura de um Memorando de Entendimento, entre a Câmara Municipal e a Cercitop, no qual o Município constituiu a favor daquela Instituição, gratuitamente, o direito de superfície do prédio rústico, situado junto do cemitério municipal, pelo prazo de trinta anos, renovável até ao prazo máximo de cinquenta anos, destinado à construção de um complexo social. Elucidou os presentes da não existência de fundos comunitários para a construção de novos edifícios, pelo que abordou o assunto com o senhor Primeiro Ministro em reunião recentemente ocorrida. O processo já deu entrada na Câmara Municipal, tendo obtido parecer favorável do Ministério da Saúde, enquanto que, o Instituto da Segurança Social, solicitou parecer a emitir por parte CLAS – (Conselho Local de Ação Social). -----

NGCR -----

Sobre o assunto, o senhor Presidente da Câmara informou que tinha solicitado a presença do senhor Administrador, senhor Constantino. No entanto, segundo informações recolhidas, este encontra-se hospitalizado no Hospital da Luz, devido a problemas de saúde.-----

Outras -----

O senhor Presidente informou que é de extrema importância estimular-se pessoas, sobretudo jovens, a criarem empresas, sendo que estas deverão predominar na área dos produtos regionais.

A este nível, poderão ser acompanhados pela empresa SPI que elaborou o Plano Estratégico para o concelho. -----

Feira do Pinhal-Volta a Portugal em Bicicleta e Dia do Concelho-----

Ao analisar as iniciativas, o senhor Presidente da Autarquia pensa que a Feira do Pinhal, uma vez centrada na floresta, permitiu a introdução de alguma inovação, envolvendo mais a população, talvez pelas atividades desenvolvidas. A localização dos restaurantes e a seleção feita aos expositores, esteve também melhor cuidada. As mudanças contribuíram em grande parte para a funcionalidade do espaço e para o bem-estar, quer dos expositores quer dos visitantes. No que se refere à Volta a Portugal, esta como se previa, trouxe grande envolvimento e retorno, sobretudo ao nível da restauração e hospedagem, que pensa ter sido uma mais-valia. Reportando-se ao feriado municipal, o senhor Presidente enalteceu o momento, que apesar de breve e simbólico, impôs um justo reconhecimento do esforço dos ex-presidentes de Câmara. Reafirmou que a iniciativa, pecou ainda assim por tardia, estando a cerimónia à altura dos pergaminhos oleirenses. -----

Placas de Sinalização-----

Abordando o assunto, o senhor Presidente da Edilidade informou que aos Municípios, lhes cabe prestar a melhor informação não só para quem habita nesses locais como e sobretudo para quem os visita. Referiu que Oleiros precisa urgentemente de ser possuidor de sinalética adequada em determinadas vias e artérias do concelho, de modo a identificar melhor os locais e prestar informação dos seus principais recursos e dos pontos turísticos existentes. Reforçou que, quem se encontra dentro da vila de Oleiros, não tem quase informações nenhuma a indicar as saídas. A Vila está desprovida dessa informação.-----

Eficiência Energética-----

Relativamente a este assunto, o senhor Presidente informou que numa era pautada pela aceleração do aquecimento global e pelo declínio económico, social e ambiental, a eficiência energética apresenta-se como uma área estratégica para a sustentabilidade. Esta realidade tem vindo, cada vez mais, a ser alterada com a introdução de soluções e sistemas renováveis na produção de energia elétrica, reduzindo a dependência na utilização de combustíveis fósseis. Referiu que os edifícios são responsáveis por cerca de 40% do consumo total de energia e assim sendo, para a Câmara, constitui uma prioridade melhorar o desempenho energético destes, pelo que, a racionalização do consumo e utilização de energia provenientes de fontes renováveis, constitui uma medida necessária, para reduzir a dependência energética. Referiu que até ao

nível da iluminação pública, a simples substituição das lâmpadas tradicionais por lâmpadas LED, permite uma grande economia de energia. Nesse sentido existem muitas soluções, mas a sua introdução terá de ser pautada. Em termos de poupança de energia, a Câmara, através da Agência Regional de Energia e Ambiente do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul- Médio Tejo 21, adquiriu e instalou variadores eletrónicos de velocidade nas piscinas municipais, no âmbito da candidatura por aquela entidade, ao Plano de Promoção da Eficiência Energética e Consumo de Energia Elétrica. Por último referiu que reduzir o consumo energético em 50% é a meta a atingir por Portugal, pelo que teremos de estar atentos aos fundos comunitários, com o intuito de poder recorrer a comparticipações e dotarmos os edifícios municipais de meios que possam reduzir o consumo de energia. -----

Avaliação de terrenos por técnicos -----

Sobre o assunto, o senhor Presidente da Edilidade informou que estando ou podendo estar a Autarquia interessada em diversos prédios, rústicos e urbanos, pertença de particulares, nomeadamente, junto da zona industrial do Açude Pinto e outros junto do centro da Vila, solicitou a intervenção de peritos da CMVM e da DGF (Direção Geral de Finanças), no intuito de avaliarem esses prédios, uma vez que a Câmara não poderá negociar sem ser possuidora dessa avaliação.-----

Tribunal -----

No âmbito da reorganização judiciária em Portugal, o senhor Presidente da Edilidade informou ter estado presente, em Castelo Branco, na cerimónia solene da tomada de posse dos juízes, na abertura do novo ano judicial. Referiu que Oleiros, em comparação com outros concelhos não perdeu o tribunal, ficando com uma secção de competência genérica, comparativamente com outros concelhos que ficaram como secção de proximidade. Salientou que todos os que estiveram empenhados estão de parabéns, sobretudo o anterior executivo, pelo excelente trabalho realizado. -----

ULS -----

O Presidente da Edilidade informou, que esteve reunido por diversas vezes na ULS de Castelo Branco, no sentido de operacionalizar a vinda de médicos a Oleiros, para prestar consultas de especialidade. Referiu que não tem havido má vontade da parte da ULS nem dos próprios médicos, mas têm existido algumas dificuldades em ultrapassar diversos condicionalismos, como os horários, o tipo e o número de consultas e a necessidade ou não dos doentes serem acompanhados para estas consultas e de outros serviços, como análises e RX. Está assim

agendado para dia catorze de outubro próximo, o início de algumas consultas, antecipando estas, face às marcações existentes em Castelo Branco de utentes oriundos de Oleiros e Sertã. Referiu que, ainda hoje, irá reunir com a ULS no sentido de operacionalizar as unidades móveis. -----

Ensino -----

Relativamente a este assunto, o senhor Presidente da Câmara informou que após a receção, no dia nove de setembro dos professores que irão lecionar no Agrupamento de Escolas de Oleiros, a Câmara Municipal, na abertura do ano escolar e na presença dos professores, fez entrega numa sessão simbólica, dos manuais escolares a todos os alunos que frequentam as escolas do concelho, desde 1.º ciclo ao ensino secundário, no âmbito do projeto "Oleiros Educa". Também ao nível do ensino, informou ter sido assinado, juntamente com outros oito municípios do distrito, um protocolo de cooperação com o Instituto Politécnico de Castelo Branco, no intuito destas autarquias atribuírem um apoio a alunos do concelho que estudem naquele Instituto, no ano letivo 2014/15, ao nível das propinas. -----

Paróquia de Nossa Senhora da Conceição-Oleiros -----

O senhor Presidente da Edilidade informou que foi com enorme regozijo e satisfação que a Autarquia esteve presente na cerimónia de apresentação dos novos párocos, bem como na festa de homenagem e despedida do Cónego Martinho Cardoso Pereira, ex-pároco das freguesias de Oleiros-Amieira, Isna e Mosteiro, levada a efeito em Oleiros, na qual lhe fizeram a entrega de um relógio. Em ato contínuo, informou que muito recentemente o novo Pároco de Oleiros, manifestou o seu desejo de levar a efeito a inauguração do monumento a Cristo Rei, localizado no alto das Sesmarias. Referiu que em visita conjunta ao local, se verificou a necessidade da capela ali erigida ser pintada interiormente, exigindo uma pintura apropriada na cúpula. Referiu que a imagem de Cristo Rei terá de sofrer uma alteração, pois a parte inferior do monumento não é visível. Apesar disso, a inauguração do monumento está agendada para o dia oito de novembro, com a presença do senhor Bispo da Diocese. -----

Diversas representações -----

Ao analisar este ponto, o senhor Presidente informou que não tem sido fácil para o Executivo estar presente em todo o lado para que são convidados. As reuniões, palestras e encontros têm-se sucedido a grande ritmo e as iniciativas levadas pelas Juntas de Freguesia e coletividades também. O executivo tem no entanto feito um grande esforço e ultimamente marcou presença na Selada das Pedras, Cardosa, Madeirã, Sobral e na Amieira, no "Festival do Coelho". -----

Conferência do Pinhal -----

Sobre o assunto, o senhor Presidente informou que irá realizar-se no próximo dia dezanove de setembro, pelas nove horas, em Oleiros, a I Conferência do Pinhal, organizada pelo Município e pelo Jornal do Fundão, com o patrocínio da Caixa Geral de Depósitos, Aldeias do Xisto e com o apoio dos Municípios de Castanheira de Pera, Fundão, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Proença e Sertã. Referiu que pela qualidade dos palestrantes convidados e os assuntos a abordar, tais como o estímulo do Estado aos produtores florestais, o novo quadro comunitário, a valorização das potencialidades da floresta, a resina e as questões com a proteção da floresta, esta deverá ser muito boa. Pretendemos expor estes produtos, como exemplo pellets, nos Encontros da Beira Interior em Paris, com intuito de os divulgar e consequentemente também criar riqueza. -----

Situação Financeira -----

Reportando-se à situação financeira do Município, o senhor Presidente da Câmara começou por descrever os valores totais arrecadados e pagos ao nível das receitas e despesas, correntes e de capital, cujos montantes totais ultrapassam em ambos os casos os cinco milhões e setecentos mil euros. Depois, referiu-se aos valores das rubricas com valor mais significativo arrecadado, onde se destacam, além dos FEF's, com um valor aproximado de três milhões e meio euros, a dos impostos diretos, a rondar os quatrocentos e trinta mil euros, a venda de bens, (água) um pouco acima dos cento e vinte e cinco mil euros, a venda de serviços (instalações desportivas) um pouco acima dos trinta e dois mil euros, os rendimentos de propriedade, com um valor a ultrapassar um milhão e cem mil euros, do FEDER, o valor de quarenta e um mil euros e das outras transferências, com um valor acima dos cento e dezoito mil euros. Referiu que as dívidas quer a fornecedores quer a empreiteiros, no seu conjunto, representam um pouco mais de quinhentos e de treze mil euros. Ao nível das despesas mais significativas, os vencimentos, os descontos para a Caixa Geral de Aposentações, ADSE e a segurança social, apresentam uma verba um pouco superior a um milhão e quatrocentos mil euros; os seguros, dezassete mil e oitocentos euros. Os transportes escolares, uma verba um pouco acima dos trezentos mil euros; as refeições escolares, uma verba a rondar os cinquenta mil euros; a iluminação pública e edifícios, uma verba superior a cento e trinta e cinco mil euros; combustíveis e gás, cento e noventa e dois mil euros; transferência para as autarquias e instituições sem fins lucrativos, a verba a ultrapassar os setecentos e trinta e dois mil euros. As amortizações atingem a verba de cento e setenta e dois mil euros e as obras uma verba superior a um milhão, trezentos e cinquenta e sete mil euros. De seguida, descreveu algumas obras que foram e estão a ser realizadas por

administração direta e bem assim alguns valores relacionados com investimentos. Por último referiu que a Autarquia regista um total de disponibilidades monetárias em operações orçamentais de um milhão, seiscentos e sessenta e sete mil quatrocentos e setenta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos e em operações de tesouraria, o valor de trezentos e sessenta e seis mil trezentos e sessenta e seis euros. -----

Após período de inscrição, tomou a palavra o deputado Pedro Ribeiro, o qual solicitou informação sobre a sigla CMVM proferida pelo senhor Presidente. -----

Em ato contínuo, o senhor Presidente da Edilidade depois de esclarecer o deputado, sobre a questão colocada, referiu ainda que a Autarquia pretende adquirir, como se disse, algumas propriedades, sendo por isso necessário saber em concreto o real valor destas para se poder contrapor e acordar-se a negociação. -----

De seguida, o deputado Pedro Custódio, solicitou informações sobre a entrega dos manuais escolares e se a atribuição das bolsas de estudo contemplam todos os alunos. Solicitou ainda informações sobre o estado do loteamento de São Sebastião. -----

O senhor Vereador Paulo Urbano referiu que a Autarquia, no âmbito do projeto "Oleiros Educa", entregou os manuais escolares à quase todos os alunos do concelho. Somente as escolas do Estreito e Orvalho ainda não receberam, por estas se encontrarem sem professores. Referiu que esta medida se traduziu num investimento, por parte da Autarquia, de aproximadamente trinta mil euros. Quanto ao ensino superior, existem dois tipos de apoios, o que contempla os alunos que frequentam o Instituto Politécnico de Castelo e outro que recaí sobre os que frequentam qualquer estabelecimento superior, sendo que estes últimos, deverão estar incluídos dentro do Regulamento de Atribuição de Apoios Sociais do Município, seleccionados segundo os itens fixados. Está a decorrer o prazo de apresentação de candidaturas, sendo estas entregues no Gabinete de Ação Social. Para os alunos que frequentam o IPCB, e dada a existência de um protocolo celebrado entre esta Instituição e a autarquia, esta paga uma bolsa no valor de oitocentos e quarenta euros. Referiu que em ambos os casos, quem já tiver uma bolsa, não poderá beneficiar de outra. Informou ainda, que neste momento se encontram já cinco candidaturas de alunos à obtenção de apoio, frequentando estes o primeiro ano e um do terceiro. Relativamente ao loteamento de São Sebastião, este contempla sete vivendas geminadas e seis individuais. Referiu que o projeto elaborado no Gabinete Técnico Local, ficou pronto na semana passada, estando a decorrer o procedimento da venda dos pinheiros, eucaliptos e do material lenhoso, assim como se aguarda parecer do ICNF. Está também a ser preparado o regulamento

de atribuição de lotes, sabendo-se da existência de cinco ou seis jovens interessados. -----

De seguida, concedida a palavra ao deputado Fernando Dias, este perguntou como estavam a decorrer os contactos com jovens interessados em criar empresas. O senhor Presidente da Câmara respondeu que não têm aparecido tantos como se desejava. -----

Outro deputado, Pedro Ribeiro, solicitou informação sobre o início ou não do curso socioprofissional e do modo como se marcarão as consultas de especialidade no Centro de Saúde. -----

O senhor Presidente da Câmara informou que depois de diversos recuos e avanços, a Câmara Municipal teve de recorrer a mais jovens vindos de Cabo Verde, de modo a tentar assegurar o curso profissional. Os problemas têm sido muitos, sobretudo ao nível da obtenção de documentos para vistos. Referiu, a título de exemplo, que estes precisam de ter um responsável no continente para serem tutores, o que se tem revelado difícil. Têm-se desenvolvido esforços junto da Embaixada no sentido de obter os vistos, os quais deveriam ter dado entrada até ao final do mês de agosto. Relativamente às consultas, estas vão ser marcadas exatamente como se faz a marcação de uma consulta externa no hospital. Embora confrontados com alguns problemas administrativos burocráticos e informáticos, as consultas de especialidades irão iniciar-se brevemente podendo estas serem marcadas todos os dias do mesmo modo como se faz em Castelo Branco. -----

Referindo-se a esta matéria, a deputada Ercília Ventura, solicitou informação sobre as unidades móveis de saúde. -----

Sobre a pergunta colocada, o senhor Presidente informou que ainda hoje se irá reunir com a enfermeira responsável da ULS para articular o procedimento. -----

Concedida de novo a palavra ao deputado Fernando Dias, este, esclareceu a Assembleia, que os alunos de Cabo Verde dispõem de uma pré matrícula na escola. Referiu que o curso não está todo em risco, mas têm surgido alguns problemas no seu lançamento, nomeadamente a desistência de alunos do concelho que se haviam matriculado. Referiu ainda que existe falta de famílias de acolhimento em Portugal, de forma a serem os responsáveis pelos alunos oriundos de Cabo Verde. Regista também a ausência de quaisquer elos de ligação em Portugal destes jovens. Sugeriu que talvez o Município pudesse sensibilizar famílias de modo a acolher os jovens. Ele próprio, caso o entendessem, poderia disponibilizar-se para acompanhar um jovem e eventualmente ser encarregado de educação, contudo isso implicaria uma aceitação daqueles. ---

A este prepósito, o deputado Pedro Custódio, sugeriu que talvez a CPCJ pudesse ajudar no

sentido de encontrar famílias que se pudessem responsabilizar pelos alunos, ao que o deputado Fernando Dias retorquiou, dizendo que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens não tem essas atribuições. -----

Por último, o senhor Presidente da Assembleia elucidou os presentes que os problemas que agora estão a ocorrer com obtenção de vistos dos jovens oriundos de Cabo Verde, não é novidade, uma vez que já anteriormente se passou situação semelhante, ultrapassando-se posteriormente. -----

Concedida de novo a palavra ao deputado Pedro Ribeiro, este solicitou informação sobre a existência ou não de alguma evolução na eventual celebração do protocolo com o Ministério da Defesa, relativa à limpeza de caminhos. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Edilidade informou da não existência de qualquer evolução a este nível, uma vez que ponderadas as cláusulas, a que mais onerava a Autarquia era a da aquisição de peças novas para máquinas com algum uso e nesse sentido terá de se pensar melhor, disse. -----

Não se verificou outra qualquer intervenção neste ponto. -----

Ponto 2 – Apreciação do relatório do Revisor de Contas/Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município à data de 30 de junho de 2014. -----

O senhor Presidente da Assembleia munido de um exemplar do Relatório, proveniente do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo, pelo qual este presta informação económica e financeira semestral, à data de trinta de junho, colocou este a apreciação e discussão. -----

Após período de inscrição, tomou a palavra o deputado António Jorge Fernandes Antunes, o qual e referindo-se ao quadro que contempla as transferências de capital para as juntas, que embora ali refletido o valor do investimento efetivamente recebido neste ano, este reporta-se a investimentos realizados no anterior mandato e portanto relativo ao ano anterior. -----

Não se registou outra qualquer intervenção. -----

Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 42/2014 da Câmara Municipal – sobre o Lançamento da Derrama -----

Foi presente e distribuída em tempo oportuno aos membros do Órgão deliberativo, a proposta com o número quarenta e dois barra dois mil e catorze, datada de vinte e quatro de Junho do corrente ano, pela qual, uma vez permitida aos Municípios, nos termos da Lei das Finanças Locais o lançamento de uma derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto de IRC, que corresponda à proporção do rendimento gerado na

sua área geográfica, por sujeitos passivos residentes em território Português, que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável neste território, a Câmara após a sua aprovação submeteu esta a apreciação e votação da Assembleia. -----

Abertas as inscrições, tomou em primeiro lugar a palavra, o deputado, António Jorge Antunes, para afirmar que estando, como julga, todos interessados em estimular e trazer empresas, criando estas postos de trabalho e se todos querem investimento para as zonas de baixa densidade, o município terá de conceder benefícios. -----

Também, no uso da palavra, o deputado Pedro Custódio corrobora com a ideia anterior e reafirma que quem quer apoiar empresas e criar postos de trabalho não deve aprovar a proposta.

O senhor Presidente da Câmara refere que a constante rejeição desta proposta por parte da Assembleia têm trazido uma grande poupança àquelas empresas, em vários milhares de euros. -- Não se verificando a existência por parte de outro qualquer deputado da intenção de usar da palavra ou em obter esclarecimentos, e colocada a votação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, reprovando, rejeitando a proposta número quarenta e dois, barra dois mil e catorze. -----

Ponto 4 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 43/2014 da Câmara Municipal – sobre as taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

Foi presente ao Órgão deliberativo a proposta número quarenta e três, barra dois mil e catorze, datada de vinte e quatro de junho do corrente ano, subscrita e assinada pelo senhor Presidente da Câmara, e remetida à Assembleia após aprovação do executivo, na qual se propõe que se fixe para o ano de dois mil e catorze, a taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis em 0,3%, para os prédios urbanos situados no concelho, com cobrança em dois mil e quinze. -----

Referindo-se a esta proposta, o senhor Presidente da Câmara referiu que esta é a taxa mínima, fixada no intervalo legal. Contudo, informou que de momento fará sentido, mas alertou que no próximo ano e após definida a ARU de Oleiros e explicados à população os benefícios que esta dispõe na reabilitação urbana, irá propor a fixação de majorações ou minorações das taxas. Neste momento considera prematuro alterar-se. -----

Não se registando a pretensão de qualquer deputado em usar da palavra e depois de colocada a presente proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, nos termos do disposto no artigo 112.º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI) e para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais,

publicado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar por unanimidade, a proposta número quarenta e três, barra dois mil e catorze, nos termos apresentados, fixando a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de dois mil e catorze para os prédios urbanos situados na área do Município em 0,3%.-----

Ponto 5 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 44/2014 – da Câmara Municipal sobre a participação variável do IRS-----

Foi presente ao Órgão deliberativo, a proposta número quarenta e quatro, barra dois mil e catorze, datada de vinte e quatro de junho do corrente ano, subscrita e assinada pelo senhor Presidente da Câmara, e remetida à Assembleia após aprovação desta pelo executivo, na qual numa perspetiva de melhorar as condições de vida da população residente no concelho, atraindo outros residentes e aliviando a carga fiscal, propõe a Câmara Municipal à Assembleia Municipal que esta delibere que a percentagem variável de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área do Município, a que alude o artigo 20.º da Lei das Finanças Locais, seja fixada em 0%, relativamente aos rendimentos do ano de dois mil e quinze, com implicação no orçamento do Município no ano de dois mil e dezasseis.-----

Sobre esta matéria, o senhor Presidente da Edilidade informou que são poucos os municípios que abdicam na sua totalidade destas verbas. Nos tempos difíceis que se atravessam, de grande contenção na despesa, o IRS constitui uma mais-valia à normal vivência do agregado familiar, referiu. -----

Abertas as inscrições, tomou a palavra o deputado Pedro Custódio para referir que se queremos gente no interior e que esta se fixe, teremos de dar contrapartidas.-----

Não havendo outro qualquer deputado a usar da palavra, foi pelo senhor Presidente da Assembleia colocada a presente proposta a votação, deliberou a Assembleia Municipal por unanimidade, aprovar a proposta número quarenta e quatro, barra dois mil e catorze, nos termos apresentados. -----

Ponto 6 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 65/2014-1.ª alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Açude Pinto. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da proposta número sessenta e cinco, barra dois mil e catorze, datada de nove de setembro do corrente ano, subscrita pelo Gabinete Técnico da Autarquia, remetida à Câmara Municipal, após despacho do senhor Presidente da Câmara, e posteriormente remetida à Assembleia após aprovação do executivo, cujo teor é o seguinte: A Proposta 38/2014 aprovada em reunião de 23 de Maio e Proposta 39/2014 aprovada em reunião de 13 Junho, ambas do corrente ano, desencadearam o procedimento da 1ª alteração ao Plano de Pormenor da

Zona Industrial do Açude Pinto, culminando na versão final da Proposta de Plano enviada à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, pelo ofício n.º3445 datado de 20-08-2014, tendo a mesma obtido parecer favorável pela entidade. Neste contexto propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter a proposta à Assembleia Municipal para aprovação, anexando para o efeito as peças desenhadas e relatórios referentes ao procedimento. Objetivos Programáticos: a) Permitir que o uso previsto nos lotes possam ter utilização de Indústria, Armazém, Comércio, Serviços e Atividades Relativas a Tratamento de Gestão de Resíduos, pois muitas vezes acumulam mais do que uma dessas funções; b) Dos 4 lotes destinados a equipamento, eliminar 3 e converte – los a uso geral, podendo o lote de equipamento ser ocupado por espaço verde, uma vez que não se tem verificado necessidade de criar nesta área qualquer equipamento; c) Alterar o CAS para 60 %, permitindo desta forma mais implantação do edificado de acordo com a experiência que a Câmara Municipal tem vindo a ter com o tipo de indústria sediada; d) Alterar a obrigatoriedade de cumprimento do alinhamento frontal, aquando da junção de lotes, permitindo desta forma a continuidade do edificado a erigir. -----

Quadro de Índices do PP Açude Pinto _1ª Alteração

Nº Lote	A_Lot(m2)	A_Im(m2)	V_Máx. (m3)	FP	Obs.
1	17280	10368	86400	IND/Outros	
2	4826	2895,6	24130	IND/Outros	
3	3039	1823,4	15195	IND/Outros	
4	1490	894	7450	IND/Outros	
5	1553	931,8	7765	IND/Outros	
6	1622	973,2	8110	IND/Outros	
7	2287	1372,2	11435	IND/Outros	
8	4925	2955	24625	IND/Outros	
9	4132	2479,2	20660	IND/Outros	
10	2798	1678,8	13990	IND/Outros	
11	3300	1980	16500	IND/Outros	
12	2140	1284	10700	IND/Outros	
13	2414	1448,4	12070	IND/Outros	
14	2524	1514,4	12620	IND/Outros	
15	2268	1360,8	11340	IND/Outros	
16	1330	798	6650	IND/Outros	
17	1330	798	6650	IND/Outros	
18	1330	798	6650	IND/Outros	
19	1330	798	6650	IND/Outros	
20	2268	1360,8	11340		Equip.
21	1330	798	6650	IND/Outros	
22	1330	798	6650	IND/Outros	
23	1330	798	6650	IND/Outros	
24	1330	798	6650	IND/Outros	
Total	69506	41703,6	347530		

Concedida a palavra ao senhor Presidente da Edilidade, este prestou alguns esclarecimentos



sobre o assunto. -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar nos termos apresentados a proposta número sessenta e cinco, barra dois mil e catorze, datada de nove de setembro corrente.

Ponto 7 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 67/2014-3.ª Revisão ao Orçamento e 4.ª ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da proposta número sessenta e sete, barra dois mil e catorze, datada de nove de setembro do corrente ano, subscrita e assinada pelo senhor Presidente da Câmara, e remetida à Assembleia após aprovação do executivo cujo teor é o seguinte: Nos termos da alínea c), do nº1, do art.33º da lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento “elaborar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões”. Em consonância com o que está previsto, estatui a alínea a) do nº1 do art.25º do diploma supra citado, que compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da câmara “aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões”. O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo decreto-lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro e objeto de alterações através da lei nº162/99, de 14 de setembro, do decreto-lei nº315/2000, de 2 de dezembro, do decreto-lei nº84-A/2002, de 5 de abril e da lei nº60-A/2005, de 30 de dezembro, contem o regime dos documentos previsionais. Nestes termos, importa observar as regras relativas às modificações do orçamento, constantes no ponto 8.3.1., as quais compreendem as figuras da alteração e da revisão. A presente revisão prende-se por ter verificado existir na parte nobre da Vila, uma zona bastante descaracterizada e a necessitar de intervenção, como é a Zona das Devesas Altas. Neste contexto e atendendo que esta intervenção não estava contemplada no atual PPI, com esta amplitude e diversidade, existe a necessidade de criar um novo projeto/ação no PPI de modo a englobar a zona supra mencionada. A verba para o atual projeto contempla a importância total de 253.800,00€ (duzentos e cinquenta e três mil e oitocentos euros), distribuído por duas ações: trabalho de conceção e projeto. Assim, proponho que a Câmara Municipal subscreva a presente proposta da 3ª revisão ao Orçamento e a 4ª revisão ao Plano Plurianual de Investimento de 2014 e a remeta à Assembleia Municipal, com vista à aprovação nos termos da alínea a) do nº1 do art.25º da lei nº75/2013, de 1 de setembro. -----

Reportando-se à proposta, o senhor Presidente elucidou os presentes que eventualmente poderá

haver necessidade de alterar ou rever a designação da rubrica, atendendo aos fundos comunitários, uma vez que de momento não vai haver fundos para obras novas. -----

Após período de inscrição, tomou a palavra o deputado Pedro Ribeiro, que no uso da mesma elucidou, que os deputados eleitos pela Plataforma de Cidadãos Independentes Mais Concelho Oleiros, se irão pronunciar pela abstenção, considerando não estarem de acordo com o Investimento que se propõe relativamente à Requalificação da zona das Devesas Altas. -----

De seguida, o deputado Paulo Rodrigues, solicitou informação sobre a localização da nova instalação do mercado semanal, uma vez que se pretende dar uso ao atual espaço das Devesas Altas. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu, que o atual espaço terá de ser grandemente beneficiado, por constituir um espaço nobre da Vila e nesse sentido, pretende-se que o mercado seja transferido para uma zona próxima do atual edifício do Mercado Municipal, se bem que este espaço terá de ser objeto de preparação prévia. -----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com quinze votos a favor e oito abstenções, todas estas dos deputados eleitos pela Plataforma de Cidadãos Independentes Mais Concelho Oleiros, aprovar nos termos propostos a proposta número sessenta e sete, barra dois mil e catorze, datada de nove de setembro corrente ano. -----

Ponto 8 – Eleição de três membros designados pela Assembleia Municipal para integrarem a Comissão Municipal de Toponímia -----

Referindo-se a este assunto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal evocou o Regulamento Municipal de Toponímia e sugeriu que fossem apresentadas propostas à mesa tendo em vista a eleição de três membros. -----

Foi assim apresentada à mesa, uma proposta, assinada por nove membros, à qual foi atribuída o número um, cujo teor é o seguinte: Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado no dia 30 de abril de 2014 e para efeitos da alínea b) do n.º 5 do artigo 4.º do Regulamento Municipal de Toponímia, aprovado em 30 de junho do corrente ano, os membros da Assembleia Municipal abaixo eleitos pelo colégio eleitoral do Município de Oleiros, no sufrágio de vinte e nove de setembro passado, propõem para integrar a Comissão Municipal de Toponímia, os seguintes elementos da Assembleia: Ataíde Garcia Guerra, António Alves Martins e Fernando do Carmo Dias. Não se registando a apresentação de outra qualquer proposta, o senhor Presidente da Assembleia colocou a presente proposta a votação. Por escrutínio secreto, verificou-se que a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

Intervenção dos Múncipes (n.º 1, do Art.º 49.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro) -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia alertou para o facto de na última sessão da Assembleia Municipal, ter sido dito, por um responsável da empresa NGCR, que as instalações da ex-fábrica Steiff, estavam em situação ilegal perante a EDP, o que não é verdade, disse. Aproveitou para apresentar alguma documentação proveniente do Ministério da Economia, onde se constata a existência do título de exploração, emitido a favor da ex-fábrica. Elucidou que a empresa procedeu à ampliação frontal do edifício, legalizando o projeto ao nível da Autarquia, mas ao nível do Ministério da Economia, este apesar de lhe ter sido fixado o prazo de noventa dias para a sua legalização, tal não se verificou, dado que ao tempo já era intenção da ex-fábrica Steiff, abandonar as instalações. Contudo, nesse período, procedeu ao reforço da rede elétrica alterando circuitos. Pensa no entanto que a nova empresa prestou esclarecimentos não reais a este nível, sobre as instalações onde pretendem instalar a nova fábrica. -----

Em ato contínuo, no uso da palavra, o deputado António Jorge Antunes, abordou três questões que gostaria de salientar. A primeira prende-se com a mostra gastronómica “Festival do Coelho” levado a efeito na Amieira, cuja iniciativa se revestiu de sucesso, e a qual contou com o apoio do Município, podendo a mesma dar azo a outras a realizar, não só na freguesia de Oleiros-Amieira, como em outras freguesias. A segunda questão, refere-se à necessidade de o Executivo apreciar nas suas reuniões todos os pedidos formulados pelas Freguesias. Referiu que ficou com a sensação que aquando da realização dos acordos de execução, celebrados com as juntas, que os problemas das autarquias tinham ficado resolvidos, contudo existem algumas situações que obrigam a um investimento, as quais não trazem retorno para elas e que importa a Câmara analisar. Para isso sugere que se promovam reuniões para analisar conjuntamente situações, onde importa salvaguardar o bem-estar do cidadão. Por último referiu-se à sua abstenção na proposta de revisão atrás apresentada, referindo que existem muitas infraestruturas necessárias por fazer, como, a título de exemplo, o saneamento na Torna, Carvalheira, Lameira e Senhora das Candeias e o abastecimento de água em Roda, que considera mais urgentes e úteis do que o investimento das Devesas Altas. -----

Referindo-se ao último assunto, o senhor Presidente da Câmara esclareceu que o saneamento só é possível através da construção de fossas sépticas. Como não há fundos comunitários para este fim, os encargos com a construção de redes de esgotos têm de ser assumidos pelas Câmaras Municipais. Reafirma que a revisão foi no seguimento de se promover um concurso de ideias para o local, embora o cabimento na rubrica tenha que estar desde logo previsto. Pensa que,

dispor a Autarquia de um lote de ideias para o espaço, constituirá uma vantagem, sendo que o investimento só avança se tiver fundos. -----

Concedida a palavra ao senhor Fernando Dias, este solicitou informação sobre a proposta que fizera na sessão anterior desta Assembleia, relativas à deslocação prevista para Cabo Verde. ----

Sobre o assunto, o senhor Presidente da Assembleia informou que após reunião com a Pinhal Maior, se entendeu que a deslocação ao Tarrafal de S. Nicolau, só deveria acontecer, quando fossem enviados os equipamentos e os materiais, nomeadamente as viaturas, pelo que se oficiou a agradecer o convite e a manifestar a disposição em agendar e programar nova deslocação. ----

Antes de terminar a sessão, houve ainda tempo para os deputados, Fernando Dias lamentar o facto da convocatória da sessão ter chegado tarde à posse dos membros e para o deputado Pedro Ribeiro sugerir que fosse criada uma caixa de sugestões. -----

A este propósito, o senhor Vereador Paulo Urbano esclareceu que quem quer contactar a Autarquia, apresentar ideias, sugestões, o pode fazer pelos meios mais adequados, disponíveis e através do correio eletrónico, salientando que a todos se tem dado o devido encaminhamento e resposta. -----

Não havendo outros assuntos de momento a tratar, foi pelo senhor Presidente da Assembleia encerrada a sessão, eram treze horas e vinte minutos, de que para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada em minuta por unanimidade, vai ser assinada pelos membros da mesa após a sua leitura e aprovação. -----

